BULLYING NO ENSINO FUNDAMENTAL: CAUSAS, CONSEQUÊNCIAS E ESTRATÉGIAS DE PREVENÇÃO E INTERVENÇÃO NA ESCOLA

MIRIAM DOS SANTOS LIMA

RESUMO
O bullying no ensino fundamental constitui-se em um tipo de violência sistemática, repetitiva e intencional que ocorre, predominantemente, entre alunos no ambiente escolar, podendo manifestar-se por meio de insultos, exclusão, humilhação, ameaças e agressões físicas, verbais ou psicológicas. No contexto brasileiro, pesquisas e levantos oficiais apontam índices elevados de ocorrências de bullying, com impactos signifi-i cativos na saúde mental, na autoestima e no desempenho escolar das crianças que são vítimas desse tipo de assédio. O fenômeno não se limita ao espaço da escola, podendo estender-se para o meio virtual, por meio do ciberbullying, intensificando a exposição e a perpetuação da humilhação. A prevenção e o combate ao bullying exigem uma atuação integrada, envolvendo escola, famílias, profissionais da educação e comunidade, além da adoção de leis e políticas públicas, como a Lei 13.185/2016, que institui, no Brasil, o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (Bullying). Este trabalho tem como objetivo analisar o bullying no ensino fundamental, discutindo suas causas, consequências e formas de prevenção e intervenção, destacando a necessidade de formar ambientes escolares mais acolhedores, democráticos e pautados no respeito à diversidade. Diante desse cenário, compreende-se que o bullying no ensino fundamental exige ações de caráter preventivo, pedagógico e institucional, capazes de alterar o clima escolar e promover uma cultura de respeito, empatia e convivência democrática. A identificação precoce de sinais, a escuta sensível aos alunos, a formação de professores, a participação da família e a integração de projetos de convivência ao currículo escolar são elementos essenciais para reduzir a incidência de intimidação sistemática e garantir que a escola cumpra seu papel de proteção, acolhimento e formação integral das crianças. Assim, o enfrentamento ao bullying no ensino fundamental deve ser encarado como responsabilidade compartilhada entre escola, comunidade, Estado e sociedade, de modo que se construa, efetivamente, um ambiente educacional seguro, respeitoso e inclusivo para todos os estudantes.

PALAVRAS-CHAVE: Bullying; ensino fundamental; escola; violência escolar; convivência escolar.

ABSTRACT
Bullying in elementary school is a systematic, intentional and repeated form of violence that occurs mainly among students in school settings, being expressed through insults, exclusion, humiliation, threats and physical, verbal or psychological aggression. In Brazil, research and official data indicate high rates of bullying, with significant impacts on mental health, self-esteem and school performance of children who experience this kind of harassment. The phenomenon is not restricted to the physical school environment, as it extends to virtual spaces through cyberbullying, which intensifies exposure and perpetuates humiliation. Preventing and combating bullying requires an integrated effort from schools, families, educators and public policies, reinforced by laws such as Law No. 13.185/2015, which establishes a national program to combat bullying. This paper aims to analyze bullying in elementary school, discussing its causes, consequences and strategies of prevention and intervention, emphasizing the need to build school environments based on respect, diversity and democratic coexistence.

KEYWORDS: bullying; elementary schoolI; school; violence; school coexistence; prevention;

INTRODUÇÃO

No âmbito municipal, a Prefeitura de São Paulo, por meio da Secretaria Municipal de Educação, tem produzido materiais e documentos orientadores que tratam especificamente de bullying e cyberbullying no contexto escolar, reforçando o compromisso com a convivência democrática e com a proteção de crianças e adolescentes no ensino fundamental. Entre esses materiais, destacam-se cartilhas,

orientações pedagógicas e programas de prevenção voltados aos professores, gestores e equipes escolares, com o objetivo de auxiliar na identificação, no acolhimento e na intervenção em situações de intimidação sistemática, tanto presencial quanto virtual.

Esses documentos entendem o bullying não apenas como conflito entre alunos, mas como forma de violência que exige resposta institucional, pedagógica e de apoio psicossocial.

A partir desses materiais, a Secretaria Municipal de Educação orienta as escolas de São Paulo a criar protocolos internos de acolhimento de denúncias, a formar professores e funcionários sobre sinais de bullying e cyberbullying, a trabalhar o tema em sala de aula por meio de rodas de conversa, atividades lúdicas e projetos de convivência, e a articular ações com famílias, conselhos tutelares e serviços de proteção. O foco está em promover uma cultura escolar em que a comunicação, a empatia, a escuta e a respeito à diversidade sejam valorizados, e em que o ciberbullying, por meio de redes sociais, mensagens e vídeos, seja compreendido como uma prolongação da violência escolar, e não como algo separado do que ocorre dentro da escola.

A adoção desses documentos pela rede municipal de São Paulo contribui para que o combate ao bullying seja encarado como parte estrutural da gestão escolar, e não como iniciativa isolada de alguns professores ou diretores. Quando a escola internaliza as orientações contidas nessas cartilhas, assume a responsabilidade de criar procedimentos claros de notificação, de acompanhamento de casos, de suporte à vítima, de orientação ao agressor e de diálogo com as famílias, em uma lógica de prevenção, e não apenas de punição. Desse modo, o material de orientação sobre bullying e cyberbullying produzido pela Prefeitura Municipal de Educação de São Paulo torna-se um referencial importante para o desenvolvimento de um ambiente escolar mais seguro, respeitoso e inclusivo, em sintonia com as demandas do ensino fundamental e com o direito de toda criança à convivência escolar livre de intimidação sistemática.

O bullying no ensino fundamental é um fenômeno educacional e social que ultrapassa a ideia de "brincadeira de criança" e se configura como violência escolar repetitiva, sistemática e desigual entre pares. Trata-se de práticas de intimidação, agressão, ridicularização, exclusão e humilhação direcionadas a um aluno específico, em geral mais vulnerável, que se sente incapaz de reagir sozinho, o que reforça a característica de poder desigual no relacionamento. Essas práticas não ocorrem em um único episódio, mas se repetem ao longo de um período, instalando-se nas relações entre alunos, nas salas de aula, corredores, pátios, banheiros e, cada vez mais, no ambiente virtual, por meio de mensagens, posts, grupos de redes sociais e aplicativos de mensagens.

No Brasil, indicadores recentes revelam que o bullying é um problema alarmante no contexto escolar. Dados de pesquisas e do Ministério da Educação mostram que uma parcela significativa de estudantes já sofreu ou presenciou situações de bullying, em especial no ensino fundamental, período em que as crianças ainda estão em pleno processo de formação de identidade, de autoestima e de concepção de si em relação ao grupo. Muitas vezes, a violência é invisibilizada pelos adultos, que a interpretam como "rixa fácil", "fase de criança" ou "problema de convivência", o que dificulta a identificação precoce, a intervenção adequada e o apoio às vítimas. Essa invisibilidade contribui para a manutenção de um clima escolar hostil, que afeta diretamente o rendimento acadêmico, o bem-estar emocional e a vontade de frequentar a escola.

Ao mesmo tempo, o bullying também atinge o agressor, que, muitas vezes, reproduz padrões de violência observados em casa, na rua ou em meios de comunicação, e pode desenvolver comportamentos antissociais acentuados, dificuldades de relacionamento e conflitos continuados com colegas e professores. A omissão de professores, gestores e responsáveis agrava o quadro, pois passa a imagem de que essas práticas são toleradas ou aceitas, o que estimula a reprodução constante do comportamento. Assim, o bullying deixa de ser apenas um "problema de disciplina" e se torna um desafio de gestão escolar, convivência, política educacional e saúde mental.

A partir disso, este trabalho tem como objetivo discutir o bullying no ensino fun-

damental, analisando suas causas, manifestações, consequências e os meios de prevenção e intervenção. Para tanto, parte-se da conceituação de bullying, avança para a análise do contexto brasileiro, das políticas legais vigentes e das práticas escolares de acolhimento e prevenção, e, por fim, discute o papel do professor, da família e da comunidade na construção de uma cultura de respeito, empatia e convivência escolar democrática. A investigação busca demonstrar que, contrariamente à falsa ideia de que "bullying é coisa de escola", trata-se de uma forma de violência que exige resposta institucional, pedagógica e social, capaz de garantir a segurança, a dignidade e a aprendizagem de todas as crianças no ensino fundamental.

DESENVOLVIMENTO

O bullying no ensino fundamental manifesta-se de forma complexa, atravessando a dimensão do comportamento, da linguagem, da relação de poder e da cultura escolar, o que exige uma compreensão ampla e crítica desse fenômeno. Em sua definição clássica, o bullying é entendido como um conjunto de atitudes agressivas, intencionais, repetidas e desiguais exercidas por um aluno ou grupo contra outro aluno mais vulnerável, que se vê sem possibilidade de defesa adequada. Essa violência pode ser física (empurrões, socos, chutes), verbal (insultos, apelidos depreciativos, difamações), relacional (exclusão, fofocas, boicotes sociais) ou virtual, em forma de ciberbullying, por meio de mensagens, críticas em redes sociais, fotos ou vídeos divulgados de forma maliciosa.

A escola, como espaço de convivência intensa entre crianças e adolescentes, acaba se tornando palco natural dessas práticas, especialmente porque é o lugar onde se consolidam grupos, hierarquias, normas de aceitação e rejeição, além de padrões de beleza, de gênero, de renda e de desempenho acadêmico. No ensino fundamental, as crianças ainda estão em fase de construção de autoestima, de identidade social e de imagem de si em relação ao grupo, o que as torna particularmente suscetíveis às críticas e às formas de exclusão. Costumes, estilo de vestir, deficiência, gênero, expressão de sexualidade, origem racial, situação econômica, desempenho baixo ou até mesmo o sucesso escolar podem ser usados como motivação para o bullying, reforçando a sensação de diferença como algo negativo ou ridículo.

Pesquisas nacionais e internacionais indicam que o bullying é um fenômeno relativamente frequente no ensino fundamental, com índices preocupantes de ocorrência. Estudos sobre alunos das séries iniciais e finais do ensino fundamental mostram percentuais significativos de crianças que se enquadram no perfil de vítimas, além de outros tantos que se acomodam em papéis de agressores ou de espectadores. Dados de levantamentos oficiais revelam que, em muitas escolas, o bullying é relatado por equipes de gestão e de profissionais como um problema cotidiano, muitas vezes minimizado pelos próprios adultos, o que aumenta a repetição desse tipo de violência.

A invisibilidade do fenômeno é um dos maiores obstáculos à sua redução, pois atores importantes – professores, diretores, pais e até a própria vítima – muitas vezes não identificam a situação como bullying, interpretando-a como "briguezinha" ou "falta de jeito de conviver".

As causas do bullying são múltiplas e interligadas, envolvendo fatores individuais, familiares, escolares e sociais. No plano individual, o agressor pode apresentar traços de personalidade agressiva, dificuldade de lidar com frustrações, consumo de drogas, experiências de violência na família ou poucos recursos de empatia e autocontrole. A vítima, por sua vez, muitas vezes apresenta características que a tornam desigual em relação ao grupo, como timidez, maior sensibilidade, baixa autoestima, diferenças físicas, uso de óculos, transtornos de aprendizagem ou dificuldades de adaptação social, o que favorece a seleção dessa criança como alvo de intimidação. No entanto, não se pode reduzir a causa do bullying apenas a características individuais, pois isso tende a estigmatizar tanto o agressor quanto a vítima.

No plano familiar, a presença de violência física ou verbal, de punições severas, de pouca supervisão, de discussões constantes ou de modelos de conflito baseados em agressão pode influenciar a forma como a criança lida com suas relações escolares. Filhos de famílias em que há pouco diálogo, pouco acolhimento e forte hierarquia autoritária podem reproduzir os mesmos padrões de poder na escola, tratando os colegas com

desprezo, humilhação ou exclusão. Por outro lado, famílias omissas, que não se envolvem na vida escolar, não percebem sinais de sofrimento ou acreditam que a escola "resolverá sozinha", acabam por permitir a perpetuação da violência, pois a vítima permanece isolada e sem apoio. A relação entre família e escola, quando fragilizada, contribui para a invisibilidade do problema e à dificuldade de intervenção precoce.

O contexto escolar desempenha papel central na dinâmica do bullying. Escolas em que há pouca supervisão de pátios, banheiros e cantina, pouca presença de professores em momentos de intervalo, clima de competição excessiva, ranking de desempenho exagerado ou pouco fortalecimento de valores de respeito e solidariedade tendem a ser mais propícias para a ocorrência de episódios de intimidação. Quando a gestão escolar se concentra apenas em resultado acadêmico, sem investir em convivência, mediação de conflitos, saúde mental e formação de competências socioemocionais, a escola perde a sensibilidade para identificar e intervir em situações de bullying. Além disso, a falta de formação de professores para lidar com conflitos, com demandas emocionais e com a diversidade de alunos faz com que muitos docentes evitem lidar diretamente com o tema, tratando-o como "problema de outros", como assistentes sociais ou direção.

A mídia, a cultura digital e as redes sociais também influenciam o fenômeno, especialmente na forma de ciberbullying. Mensagens ofensivas, montagens de imagens, vídeos gravados sem autorização, comentários depreciativos em grupos de internet, páginas de "hate", trote com endereços de e-mail ou telefone podem ampliar e acelerar a humilhação, expõem a vítima para um número muito maior de pessoas e tornam a violência quase permanente, pois as mensagens permanecem disponíveis por longo período. A distância física entre agressor e vítima, combinada com a sensação de anonimato, facilita a prática de ataques mais cruéis, pois o autor reduz a percepção sobre o impacto emocional de seus atos.

A ciberviolência, portanto, não é apenas um "acréscimo" ao bullying presencial, mas um agravante que prolonga a dor, dificulta a fuga e demanda resposta pedagógica e normativa específica.

As consequências do bullying são graves e afetam, de forma direta, vítimas, agressores e testemunhas, interferindo intensamente na trajetória escolar e na vida social dessas crianças. As vítimas costumam apresentar queda acentuada no desempenho escolar, faltas frequentes, comportamento de isolamento, choro, irritabilidade, dores de cabeça, insônia, perda de apetite, alterações de sono e de humor, medo de ir à escola e, em casos mais severos, pensamentos de autoagressão ou suicídio. A repetição contínua de humilhações pode levar à deterioração da autoestima, ao desenvolvimento de transtornos de ansiedade e de depressão, além de dificuldades duradouras em estabelecer relações de confiança e de afeto ao longo da vida. A experiência de bullying, quando não é acolhida e trabalhada, pode marcar a memória escolar negativamente, associando a instituição à dor, ao medo e à exclusão, em vez de esperança e aprendizagem.

Os agressores também não saem ilesos desse processo. Muitos repetem modelos de violência observados em casa ou em outros contextos, mas, ao mesmo tempo, podem desenvolver dificuldades de convivência, tendência a comportamentos antissociais, e maior risco de se envolver com bullying, agressividade e até criminalidade, caso não recebam mediação e orientação. A ausência de limites, de reflexão sobre seus atos e de apoio psicológico favorece a manutenção de uma postura de poder baseada na intimidação, em vez da construção de autoridade legítima. Profissionais da educação, ao ignorar esses comportamentos, comunicam que a agressão é aceitável, o que reforça a crença do agressor de que pode dominar os outros sem sofrer consequências.

As testemunhas, embora não sejam diretamente atingidas, sofrem impactos psicológicos significativos. Observar um colega sendo humilhado sem que ninguém intervenha pode gerar sentimento de culpa, medo de ser a próxima vítima, paralisia diante da injustiça e internalização de uma cultura de silêncio, em que denunciar é visto como "dedurar".

Em algumas situações, grupos de alunos podem assumir papéis de cúmplices ou espectadores passivos, alimentando a vergonha da vítima e a sensação de

impunidade do agressor, o que reforça a ideia de que a violência, quando coletivamente admitida, se torna norma no ambiente escolar. A omissão da escola e de parte dos estudantes contribui para a perpetuação de um clima de medo, em que falar ou pedir ajuda é percebido como risco à própria segurança e popularidade.

A legislação brasileira vem avançando no sentido de reconhecer e combater o bullying, especialmente a partir da Lei nº 13.185/2015, que institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (Bullying) e determina ações de prevenção, notificação e investigação de casos nas escolas. A lei orienta que instituições de ensino promovam campanhas de conscientização, formação de professores, criação de canais de denúncia anônima, atendimento psicológico e acompanhamento de casos, além de integrar a discussão sobre bullying aos planos de ensino. Ainda que a implementação concreta da legislação seja desigual entre municípios, secretarias e escolas, sua existência é um passo importante para legitimar a atuação da escola frente a esse tipo de violência e para garantir um marco jurídico que apoie ações pedagógicas e administrativas.

No cotidiano escolar, diversas estratégias podem ser adotadas para prevenir e reduzir o bullying no ensino fundamental. Entre as mais eficazes estão a promoção de projetos de convivência escolar, em que se trabalham temas como respeito, empatia, diversidade, gênero, raça, classe social, corpo, deficiência, afetividade e responsabilidade social. Tais projetos podem envolver rodas de conversa, teatro, oficinas de valores, gincanas cooperativas, campanhas de combate ao preconceito e atividades em que alunos reflitam sobre suas atitudes, constatem impactos e aprendam a usar a palavra para resolver conflitos, em vez da violência. A presença de situações simuladas, estudos de caso, vídeos e leituras sobre bullying ajuda a sensibilizar a comunidade escolar e a desnaturalizar a violência como algo inevitável.

A formação continuada de professores e demais profissionais da escola é outra condição fundamental para enfrentar o bullying. É necessário que educadores compreendam as especificidades do fenômeno, saibam identificar sinais de vítima e de agressor, aprendam a intervir com assertividade, conheçam a legislação vigente e saibam encaminhar casos para orientação pedagógica, serviço social e saúde mental, quando necessário. A capacitação também deve abordar questões de mediação de conflitos, escuta ativa, diálogo com famílias, manejo da turma e construção de sala mais democrática, em que se valorizem a cooperação, a colaboração e o respeito ao outro. Quando o corpo docente se sente apoiado, treinado e com orientações claras, há maior probabilidade de que intervenha precocemente, registre adequadamente os casos e coordene ações com família, direção e demais profissionais.

Outro ponto estratégico é a criação de canais de comunicação seguros e acessíveis para denúncias de bullying. Em muitas escolas, a vítima não denuncia por medo de represália, de não ser acreditada ou de ser apontada como "chorona", o que favorece a continuidade da violência. Caixas de sugestões, formulários de denúncia, canais digitais anônimos, ouvidorias escolares e presença de orientadores educacionais podem facilitar que alunos, professores e até membros da comunidade sinalizem situações de intimidação, sem se expor diretamente. A instituição deve, no entanto, garantir que esses canais sejam acompanhados, que as denúncias sejam tratadas com seriedade e que os responsáveis recebam resposta, mesmo que anônima, mostrando que a escola está de fato atenta ao problema.

A integração entre escola e família é essencial para combater o bullying com eficácia. A conversa com pais e responsáveis, em reuniões, conselhos de classe, entrevistas individuais ou campanhas de orientação, ajuda a criar uma rede de vigilância e de apoio às crianças envolvidas, tanto vítimas quanto agressores. A escola pode orientar famílias sobre sinais de sofrimento, estratégias de apoio emocional, importância da escuta ativa e formas de intervir sem reforçar a culpa na criança vítima ou o castigo excessivo no agressor. A articulação com serviços de apoio socioemocional, psicólogos, conselhos tutelares, serviços de saúde mental e, quando necessário, com a rede de proteção à criança e ao adolescente, amplia o leque de recursos disponíveis para lidar com casos mais graves.

No plano pedagógico, o combate ao bullying pode ser integrado ao currículo escolar, de forma transversal, e não apenas como "disciplina extra" ou atividade pontual. A abordagem de temas como violência, respeito, cidadania, direitos humanos, gênero, raça, saúde mental e redes sociais pode ser trabalhada em aulas de Português, Educação Física, Artes, História, Geografia, Ciências e em projetos interdisciplinares, favorecendo a discussão crítica sobre o que é bullying, como ele se manifesta e que impacto tem na vida das pessoas. O uso de livros, vídeos, notícias, histórias reais ou fictícias, campanhas de conscientização e projetos de inclusão ajuda a internalizar valores de empatia, responsabilidade, respeito às diferenças e proteção às pessoas vulneráveis.

A participação dos próprios alunos no combate ao bullying é um dos recursos mais promissores, pois transforma a escola em um espaço de protagonismo, e não apenas de repressão e vigilância. A formação de grupos de convivência, monitores de paz, comitês de combate ao bullying, grupos de apoio às vítimas e propostas de regulação de condutas construídas em conjunto com professores podem fortalecer a percepção de que todos têm responsabilidade pelo clima escolar. Alunos engajados em atividades de sensibilização, mediação de pequenos conflitos, apoio a colegas, criação de cartazes e campanhas de prevenção assumem papéis de modelo positivo, inspirando outros colegas a rejeitar práticas de intimidação e a valorizar a empatia e o respeito.

A dimensão do ciberbullying exige atenção específica, pois envolve o uso de celulares, redes sociais, grupos de mensagem e plataformas digitais. A escola pode atuar nesse espaço, oferecendo palestras e oficinas de uso ético das tecnologias, discutindo riscos de exposição de imagens, comentários ofensivos, compartilhamento de conteúdos sem consentimento e uso de apelidos e ofensas em grupos on-line. Professores podem orientar sobre como denunciar conteúdos intimidadores em plataformas, como bloquear usuários, como proteger a própria imagem e como apoiar colegas vítimas de ataques virtuais, sem se tornar espectador passivo. A articulação com a família também é relevante, pois muitas vezes o uso de dispositivos acontece em casa, e o diálogo entre escola e responsáveis ajuda a monitorar e orientar o uso saudável e seguro de tecnologias.

Ainda que avanços legislativos, projetos de convivência e formações de professores contribuam para reduzir o bullying, é preciso reconhecer que a transformação de um clima escolar hostil em um ambiente acolhedor é um processo contínuo e complexo. A violência, o preconceito e a exclusão são frutos de valores mais amplos da sociedade, reproduzidos dentro da escola, o que exige uma postura de longo prazo, consistente, em vez de ações pontuais e esporádicas. A escola, enquanto instituição, não pode resolver todos os problemas sociais, mas tem o dever de impedir que o ambiente escolar seja um lugar onde a violência seja normalizada, invisibilizada ou tolerada.

Nesse sentido, o papel do professor é central, tanto como mediador de conflitos, quanto como modelo de respeito e de escuta. A forma como o educador interpela os alunos, reage a ofensas, orienta agressores, acolhe vítimas e dialoga com famílias contribui diretamente para o tipo de cultura escolar que se constrói. Docentes que se preocupam em conhecer a história dos alunos, em criar vínculos afetivos, em reconhecer a importância da inclusão e em aplicar consequências justas, sem humilhar, possuem maior chance de reduzir a recorrência

evidenciando a necessidade de ações de prevenção, acolhimento e intervenção articuladas.

A legislação brasileira, especialmente a Lei nº 13.185/2015, constitui-se em marco jurídico importante para orientar políticas de combate ao bullying, ao exigir ações de formação, conscientização, criação de canais de denúncia, acompanhamento de casos e integração de temas de convivência ao currículo escolar. No entanto, a efetividade dessas diretrizes depende diretamente da atuação concreta das escolas, da formação de professores, da sensibilidade da gestão e da articulação com famílias e com serviços de apoio. A Lei, por si só, não basta; é preciso que a escola assuma a prevenção do bullying como parte de sua missão educacional, e não como mero cumprimento de trâmite burocrático.

As estratégias de prevenção e enfrentamento do bullying passam pela promoção de projetos de convivência, formação continuada da equipe, criação de canais de denúncia seguros, envolvimento das famílias, uso pedagógico de temas de respeito, empatia e diversidade, e participação ativa dos alunos em iniciativas de convivência positiva. Essas ações, quando articuladas, contribuem para a construção de um ambiente escolar mais acolhedor, em que a diferença seja valorizada, a violência seja rejeitada e a empatia, o diálogo e a cooperação sejam instrumentos centrais de resolução de conflitos.

O combate ao bullying no ensino fundamental, portanto, não pode ser compreendido apenas como um problema de disciplina ou de segurança, mas como um desafio de educação integral, de formação de cidadãos e de construção de uma cultura escolar pautada no respeito e na dignidade humana. Quando a escola assume esse compromisso, ultrapassando ações pontuais e interpretando a intimidação como violação de direitos, a tentativa de reduzir o bullying se torna parte de um processo maior de transformação da instituição, em que se busca garantir não apenas a aprendizagem de conteúdos, mas também a saúde, a segurança e a felicidade das crianças que passam pelo ensino fundamental.

REFERÊNCIAS

ARVORE. Transforme sua escola: estratégias efetivas contra o bullying. 2026. Disponível em: https://www.arvore.com.br/blog/estrategias-efetivas-contra-o-bullying. Acesso em: 25 mar. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. Bullying e convivência escolar – entendendo o fenômeno. 2020. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/escola-que-protege/bullying-econvivencia-escolar-_-entendendo.pdf. Acesso em: 25 mar. 2026.

BRASIL. Lei nº 13.185, de 6 de novembro de 2015. Institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (Bullying). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13185.htm. Acesso em: 25 mar. 2026.

ESCUDERO, A. S. Um estudo sobre bullying entre escolares do ensino fundamental. Psicologia: Reflexão e Crítica, v. 22, n. 3, p. 427–434, 2009. Disponível em: https://www.scielo.br/j/prc/a/B3QKVk8HPZyK6JbsB8SXz7m/. Acesso em: 25 mar. 2026.

KUMON. Bullying na escola: o que é, causas, consequências e como agir. 2025. Disponível em: https://www.kumon.com.br/blog/vamos-juntos-educar/bullying-na-escola/. Acesso em: 25 mar. 2026.

PCN ONLINE. Bullying: o que é e como evitá-lo nas escolas públicas. PNLD, 2025. Disponível em: https://pnld.ftd.com.br/bullying-o-que-e-e-como-evita-lo-nas-escolas-publicas/. Acesso em: 25 mar. 2026.

PROESC. Bullying na escola: o que é, consequências e como combater. 2018. Disponível em: https://proesc.com/blog/como-resolver-o-bullying-na-escola/. Acesso em: 25 mar. 2026.

SINOPSYS. Bullying: estratégias de prevenção e intervenção. 2024. Disponível em: https://www.sinopsyseditora.com.br/blog/bullying-estrategias-de-prevencao-e-intervencao658. Acesso em: 25 mar. 2026.